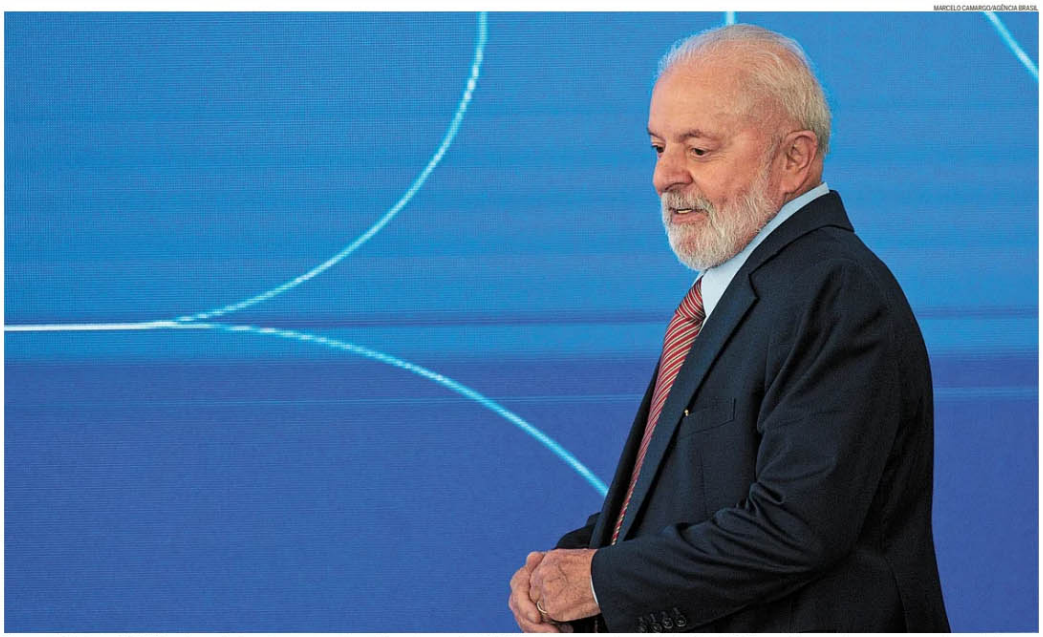
O GLOBO
Publicado em 23/01/2024 - 05:57

Lula sanciona fundão recorde e veta R$5,6 bi em emendas

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Compensação. Lula vetou R$ 5,6 bilhões de emendas de comissão, mas, em contrapartida, sancionou o valor de R$ 4,9 bilhões para as campanhas municipais; relator da LOA disse que há compromisso em recompor montante cortado

ORÇAMENTO SANCIONADO

Lula corta emendas, mas mantém fundão recorde em afago ao Congresso

SÉRGIO ROXO E CAMILA TURTELLI
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em novo capítulo da queda de braço pelo controle do Orçamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cortou parte do valor que o Congresso havia reservado para indicações de parlamentares por meio das chamadas emendas de comissão. O petista decidiu vetar R$ 5,6 bilhões dos R$ 16 bilhões aprovados em dezembro ao sancionar ontem a peça orçamentária. Por outro lado, cedeu à decisão dos congressistas e sancionou o valor de R$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral, o que representa um recorde para campanhas municipais.

O governo havia proposto destinar R$ 939,3 milhões para bancar as despesas eleitorais deste ano, mas o montante foi turbinado por parlamentares, que estipularam um fundão 96% maior do que o da disputa municipal de 2020, em valores já corrigidos. O aumento teve amplo apoio no Congresso, inclusive de integrantes da base de Lula.

PT E PL BENEFICIADOS

Entre os principais beneficiados com o fundão turbinado estão o PL, de Jair Bolsonaro, e o próprio PT, de Lula. A maior fatia, de R$ 880 milhões, ficará com a sigla de oposição, que terá montante cinco vezes maior do que o da última disputa, em 2020. A sigla do presidente, por sua vez, terá R$ 616 milhões, mais que o dobro do disponível há quatro anos — já contando a inflação no período.

Esses recursos serão usados pelos partidos para bancar gastos de candidatos a prefeito e vereador nos 5.565 municípios onde haverá disputa eleitoral neste ano. O dinheiro público serve, por exemplo, para pagar propaganda, cabos eleitorais e alimentação dos políticos.

Apesar de setores do governo considerarem a quantia de R$ 4,9 bilhões exagerada, prevaleceu o entendimento de que um veto criaria um novo desgaste com o Congresso.

O valor maior foi apoiado pela cúpula da Câmara, o que inclui o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e a maior parte dos líderes partidários. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entretanto, discordou e chegou a fazer uma contraproposta ao Congresso, que foi rejeitada.

— Ficava um pouco impróprio ao presidente vetar, porque o governo mandou a proposta de fundo de R$ 900 milhões. O Congresso retificou essa proposta e colocou nos termos de R$ 5 bilhões. Fomos votos vencidos em relação a isso — afirmou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Randolfe e outros parlamentares participaram de cerimônia fechada no Palácio do Planalto em que Lula sancionou o Orçamento. Também presente no evento, o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), relator da Lei Orçamentária Anual (LOA), afirmou que houve um compromisso do governo para recompor os cortes nas emendas de comissão.

— Vamos tentar construir junto como o governo como será essa reposição — afirmou o relator do Orçamento. — Logicamente, se não achar uma solução, o objetivo dos parlamentares é derrubar o veto.

O corte afeta apenas 10% do montante reservado aos parlamentares. O valor das emendas de comissão, por exemplo, continuará recorde, com R$ 11,3 bilhões previstos, acima dos R$ 6,8 bilhões de 2023. Esse tipo de emenda não tem o pagamento obrigatório, mas passou a servir de moeda de troca para congressistas negociarem apoio ao Planalto após o fim do orçamento secreto.

Além dessa modalidade, há ainda outros R$ 11,3 bilhões em emendas de bancada e R$ 25 bilhões em emendas individuais neste ano. Nesses casos, o governo é obrigado a pagar.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, justificou o corte por causa da queda na projeção de inflação, o que reduziu o limite de gastos do governo:

— Por conta de uma coisa boa, que é uma inflação mais baixa, isso autoriza menos recursos para o governo. Então, fizemos um corte.

AS DECISÕES DO PRESIDENTE

Lula sancionou o Orçamento da União de 2024

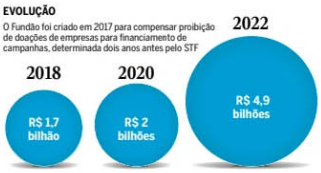
O QUE FOI VETADO*
Emendas de comissão
R$ 5,6 bilhões

COMO FICAM AS EMENDAS
Individuais — R$ 25 bilhões **
Bancada — R$ 11,3 bilhões**
Comissão — R$ 11,3 bilhões

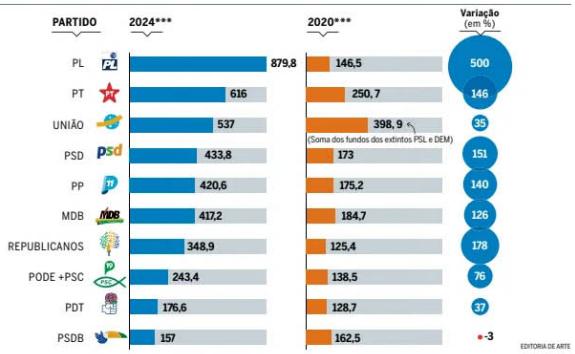
TOTAL DE EMENDAS
Proposta original do governo — R$ 37,6 bilhões
Valor aprovado pelo Congresso — R$ 53 bilhões
Montante após o veto de Lula — R$ 47,4 bilhões

O QUE FOI MANTIDO
O fundo eleitoral de **R$ 4,96 bilhões**
Valor que tinha sido proposto pelo governo: **R$ 939 milhões**

EVOLUÇÃO
O Fundão foi criado em 2017 para compensar proibição de doações de empresas para financiamento de campanhas, determinada dois anos antes pelo STF



COFRE DE CAMPANHA
Partidos de Bolsonaro (PL) e de Lula (PT) terão, juntos, cerca de um terço do valor do fundo eleitoral



* O Congresso ainda pode derrubar o veto
**Pagamento impositivo
***Valores corrigidos pelo IPCA no período de 24,57%

EDITORIA DE ARTE

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.